



# CRMV-RS NA MÍDIA

Data: 18/07/2019 Veículo: Correio do Povo Página: 10

## CORREIO DO POVO

MORMO

### Zona livre motiva controvérsias

O Sindicato dos Médicos Veterinários do Rio Grande do Sul (Simvet/RS) acredita que não há condições para o Estado ser considerado zona livre de mormo – esta classificação foi perdida após surgimento de casos da doença em 2015. A afirmação feita pelo diretor do Simvet, João Junior, ocorre no momento em que a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seapdr) se prepara para iniciar um inquérito epidemiológico, que é um passo para o Rio Grande do Sul buscar evolução do seu status sanitário.

Segundo João Junior, há carência de fiscalização por parte da Seapdr e do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV/RS), o que comprometeria “o controle adequado de combate ao mormo”. Depois de 2015, o exame de mormo nos cavalos tornou-se obrigatório para a emissão das Guias de Trânsito Animal (GTA). O atestado tem que ser renovado a cada 180 dias para que o animal possa transitar dentro do Estado.

Junior diz que o sindicato tem recebido denúncias envolvendo casos em que veterinários estariam aceitando sangue dos cavalos para o exame de mormo sem ter acompanhado a coleta, o que seria uma conduta ilegal. Outra prática relatada é que amostras coletadas de apenas um animal estariam servindo para listar o nome de vários outros exemplares. “Os profissionais que trabalham dentro da legalidade se sentem lesados”, afirma o diretor, ao dizer ainda que é “muito esporádica” a



FERNANDO DIAS / SEAPDR / DIVULGAÇÃO

Sindicato vê dificuldades na fiscalização e é contestado pela Seapdr e CRMV

realização de barreiras sanitárias para fiscalização em rodovias ou nos eventos equestres. “Com tudo isto, não posso acreditar que estamos prontos para ser uma zona livre de mormo ou de alta qualidade sanitária”, alerta o dirigente.

O conselheiro do CRMV/RS, Fernando Gonzales, rebateu as afirmações dizendo que “elas refletem profundo desconhecimento do trabalho que está sendo feito pela nova gestão do conselho”. Segundo Gonzales, quando a nova diretoria assumiu o CRMV, havia 200 processos médicos represados e uma média de julgamento de 60 ações por ano. “Em quatro meses, julgamos 56 processos e os casos de denúncia envolvendo má conduta ética já foram analisados neste período”, diz.

De acordo com dados da Seapdr, no primeiro semestre deste ano foram feitas 383 barreiras sa-

nitárias no Estado e 1.858 eventos de todo tipo foram fiscalizados (448 por fiscais estaduais e 1.410 por responsáveis técnicos (veterinários autônomos) contratados pelos próprios organizadores, que têm que reportar irregularidades à secretaria.

O diretor do Departamento de Defesa Agropecuária (DDA) da Seapdr, Antonio Carlos de Quadros Ferreira Neto, convidou os dirigentes do Simvet a visitarem o serviço para tomarem conhecimento das atividades em andamento. Comentou ainda que sabe que o caminho é longo para o Rio Grande do Sul voltar a ser classificado como estado livre de mormo. Este trajeto passa pela necessidade do inquérito epidemiológico, auditoria do Ministério da Agricultura e desfecho, na Justiça, da contestação de sete casos notificados há quatro anos.